

CORREIO
ECONÔMICO

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Nota Fiscal eletrônica continua obrigatória a partir de 3 de agosto

Receita adia cronograma de destaque de impostos da reforma

A Receita Federal e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) divulgaram na sexta (31) um novo cronograma para a obrigatoriedade do destaque dos tributos da reforma tributária nos documentos fiscais eletrônicos. A principal mudança é o escalonamento dos prazos de implementação, antes concentrados na próxima segunda (3).

Os dois órgãos publicaram ato conjunto no Diário Oficial da União. A Nota Fiscal Eletrônica e a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica continuam com início obrigatório na próxima segunda, mas outros documentos terão a exigência adiada para outubro, dezembro deste ano e janeiro de 2027. Segundo os órgãos responsáveis, o objetivo é permitir uma implantação gradual do novo sistema, dando mais tempo para empresas e desenvolvedores adaptarem seus sistemas fiscais.

Déficit do setor público sobe para R\$ 55,3 bi

O setor público consolidado – União, estados, municípios e empresas estatais – teve déficit primário de R\$ 55,3 bilhões em junho de 2026, segundo o relatório Estatísticas Fiscais, divulgado nesta sexta-feira (31) pelo Banco Central. Em junho do ano anterior (2025), o déficit estava em R\$ 47,1 bilhões. No acumulado de 12 meses, o déficit do setor público consolidado chegou a R\$ 157,2 bilhões, o que equivale a 1,19% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos).

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Moeda encerrou esta quinta vendido a R\$ 5,061

Caixa começa a creditar 138 milhões de pessoas

Desde quinta-feira (30), 138,2 milhões de pessoas com saldo no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 31 de dezembro de 2025 começaram a receber a distribuição de lucros do fundo no ano passado. A Caixa Econômica Federal está depositando o dinheiro diretamente nas contas vinculadas dos trabalhadores.

O montante corresponde a 89% do lucro obtido pelo FGTS em 2025, que alcançou R\$ 14,7 bilhões, o segundo maior resultado da série histórica iniciada em 2015.

Bandeira tarifária continuará amarela

A bandeira tarifária permanecerá amarela em agosto, informou nesta sexta-feira (31) a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O acréscimo de R\$ 1,88 a cada 100 kWh consumidos nas contas de luz será mantido para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional. É o quarto mês com a bandeira amarela. Segundo a Aneel, a manutenção da bandeira se deve ao período seco no Brasil.

Bolsa Família de julho I

A Caixa Econômica Federal concluiu na sexta o pagamento da parcela de julho do Bolsa Família. Receberam os beneficiários com Número de Inscrição Social de final 0.

O valor médio do crédito está em R\$ 679,19. Os moradores de 175 municípios de seis estados receberam a parcela no último dia 20.

Bolsa Família de julho II

O pagamento unificado beneficiou localidades em situação de emergência ou em estado de calamidade pública. O valor mínimo corresponde a R\$ 600 e há ainda o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação.

Dólar cai 2% no mês

O dólar teve pequena alta na sexta (31), refletindo a busca dos investidores por proteção diante das tensões no Oriente Médio e do fortalecimento da moeda estadunidense no exterior. Apesar da valorização no dia, o dólar caiu quase 2% em julho. Na bolsa brasileira, o Ibovespa fechou em alta, acumulando ganho de quase 3,5% no mês.

Petróleo sobre 20%

O petróleo subiu mais de 20% em julho, impulsionado pela escalada do conflito entre Estados Unidos e Irã. O pregão também foi marcado por um atraso de mais de 2 horas na abertura dos mercados da B3 devido a um problema técnico. O problema, no entanto, não teve impacto relevante na trajetória dos ativos ao longo da sessão.

CNPJ alfanumérico I

A Receita Federal começou a emitir na sexta-feira (31) o novo CNPJ em formato alfanumérico. A principal mudança é que os novos cadastros poderão combinar letras e números, mantendo o total de 14 caracteres. A alteração vale apenas para novos registros. Empresas que já possuem CNPJ não terão o número alterado.

CNPJ alfanumérico II

Segundo a Receita Federal, a adoção do novo modelo, anunciado em outubro de 2024, é necessária para ampliar a quantidade de combinações disponíveis e garantir a continuidade da emissão de CNPJ nos próximos anos. Atualmente, todos os CNPJs são formados apenas por números. Com o novo modelo, as inscrições poderão conter letras.



Levantamento encontrou mais de 500 anúncios em dois meses e meio

Falsos anúncios sobre Desenrola Brasil enganam usuários

AS plataformas foram analisadas entre 1º de abril e 14 de junho

Da Redação

Em apenas dois meses e meio, 544 falsos anúncios sobre o programa Desenrola Brasil, do governo federal, foram veiculados em redes sociais, para praticar golpes contra seus usuários. A constatação é de um levantamento do Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais (Netlab), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O estudo foi feito com as redes sociais mantidas pela empresa Meta (Instagram, Facebook, WhatsApp, Threads e Messenger) além da Audiance Network, através da qual, segundo os pesquisadores, a empresa veicula anúncios em aplicativos de terceiros.

Os pesquisadores analisaram essas plataformas entre 1º de abril e 14 de junho deste ano e revelaram que as fraudes foram feitas por 48 páginas diferentes. A maioria delas (34) usou o nome oficial do programa (Desenrola Brasil) para publicar 278 anúncios e enganar os usuários.

Outras 15 páginas usavam um programa governamental inexistente, que foi chamado de Libera Brasil, para publicar 264 anúncios. Uma das páginas misturava os dois nomes para praticar sua fraude. O Desenrola Brasil foi um

programa criado em 2023 com o objetivo de facilitar a renegociação de dívidas pelos consumidores. Em maio deste ano, o governo lançou uma segunda versão do programa.

Segundo o Netlab, os golpes que usam anúncios falsos sobre o programa começaram logo que a primeira versão foi lançada, em 2023. Em julho daquele ano, de acordo com o grupo de pesquisa, o Ministério da Justiça determinou a retirada dos anúncios do ar e uma medida cautelar foi determinada, o que resultou em uma multa de R\$ 9,3 milhões contra a Meta.

Os anúncios continuaram neste ano e, em maio, ganharam força, depois do lançamento da segunda versão do Desenrola Brasil, de acordo com o Netlab.

Os pesquisadores constataram que a maioria dos anúncios (72%) faz uso indevido do nome e da imagem do governo e/ou de marcas privadas como sites de notícias e bancos. Além disso, 19,1% deles promovem links que se passam por canais oficiais do governo e 38,1% apresentam conteúdo gerado por inteligência artificial.

“Para o usuário, é muito difícil diferenciar e, claro, isso torna as pessoas cada vez mais vulneráveis”, explica a diretora do Netlab, Marie Santini.